

POLÍTICA

A denúncia do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) de que empresários da extrema direita formariam um fundo de Cr\$ 4,5 trilhões para eleger ao menos 300 parlamentares na Constituinte — numa tentativa de reviver o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, Ibad, acusado de viciar as eleições de 1962 — provocou ontem dois tipos de reação: o descrédito e a confirmação por vários empresários de que pretendem influir, ao máximo na Constituinte, embora sem o dinheiro e os propósitos que lhes foram atribuídos.

Uma das reações mais enérgicas foi de Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo — e acusado por Maurílio de ser um dos líderes do "complo".

— Não sei do que estão falando. Represento os empresários que têm o verbo e não a verba. Estão propositalmente querendo deturpar a mobilização que iniciamos em outubro de 1983, com pequenos e médios empresários, com o slogan "empresário, apareça antes que você desapareça". Trata-se de um movimento que nasceu vitorioso para enfrentar a pressão do Estado, dominado pelos estatizantes fisiológicos.

O próprio Afif vai ser candidato à Constituinte "para atender apelos do empresariado e defender a iniciativa privada, combatendo a estatização da economia brasileira".

Estão querendo confundir a opinião pública. Mas não adianta esse tipo de jogo, porque o nosso movimento criou um espírito de solidariedade que não existia no seio

da própria classe média. Foi essa mesma solidariedade que serviu para conquistar o Estatuto da Microempresa, que foi o primeiro passo rumo à desintervenção, embora tivesse gerado muita reação por parte dos estatizantes fisiológicos, com aparente apoio dos estatizantes ideológicos.

Exagero

O deputado José Lourenço, líder do PFL, não chegou a ficar impressionado com a denúncia do deputado Maurílio Lima, por entender que os meios de comunicação acabaram com a influência do poder econômico nas eleições.

O rádio e a TV atingem hoje os mais longínquos municípios brasileiros, esclarecendo e formando a opinião pública. Na Bahia mesmo há um exemplo claro disso: há anos que a Associação Comer-

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) voltou a acusar os empresários de "extrema direita" de organizarem uma "caixinha" de 800 milhões de dólares para eleger a maioria da Constituinte. Vários empresários negaram a possibilidade de obter tal soma e, como César Valente, do Rio Grande do Sul, confirmaram que querem participar da política.

OS EMPRESÁRIOS E A CONSTITUINTE

cial de Salvador vem tentando eleger um candidato a deputado federal, sem conseguir.

O líder do PMDB, Pimenta da Veiga, também não se atemorizou com a denúncia: "A eleição para a Constituinte não poderá comportar campanhas domésticas e fisiológicas, muito menos o voto por amizade ou favor. Será uma eleição histórica e os partidos terão de esclarecer a sociedade sobre sua responsabilidade na escolha dos constituintes, o que deve anular eventuais abusos do poder econômico".

O empresário César Rogério Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, negou totalmente ter participado de alguma reunião destinada a criar qualquer "caixinha" — como afirmava a denúncia —, mas confirmou ter sugerido, du-

rante uma reunião de empresários em Salvador, a criação de um lobby de empresários para apoiar os candidatos que se disponham a defender a livre iniciativa.

Valente repeliu totalmente o argumento de que esse lobby poderá favorecer o abuso do poder econômico.

— Esta é uma prática que sempre houve, nem por isso os empresários têm a maioria dos representantes no Congresso Nacional. Na última eleição presidencial, ambos os candidatos conduziram suas campanhas usando aviões particulares. E preciso ver que nem todos os candidatos possuem uma mãe como a do senhor Paulo Maluf. Nesse sentido, o lobby servirá até mesmo para aplaciar diferenças.

De qualquer maneira, ele considerou o apoio do empresariado a

candidatos "perfeitamente normal" e afirmou que "nenhum candidato se elege sem gastar dinheiro". O que ele não admite é a comparação entre sua proposta e a criação do Ibad e desafiou o deputado Ferreira Lima a demonstrar que se elegeu sem gastar dinheiro.

Participação

O empresário carioca José Eduardo Guinle foi mais longe e defendeu até mesmo a formação da "supercaixinha" para financiar candidatos. "É uma medida política válida, pois, pelo que sei, ocorre em todo o mundo. Acho que os empresários devem, também, participar da política patrocinando candidatos que vão defender seus interesses."

O novo presidente da Confederação das Associações Comerciais

do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Amaury Temporal, chegou a achar graça na notícia de que estaria sendo formada uma "caixinha" de Cr\$ 4,5 trilhões.

— Não temos esse dinheiro. Mas mesmo sem ele não podemos abrir mão de participar ativamente do processo político. A Confederação e a Associação Comercial do Rio farão todo o possível para influir na elaboração da nova Constituição da República.

Investida

A reação dos empresários acabou animando o deputado Ferreira Lima a voltar ontem à tribuna do Congresso e repetir suas acusações, sugerindo que se incluísse na legislação um dispositivo levantando o sigilo bancário em processos que apurem o uso de dinheiro na conquista de votos.

— Acuso a extrema direita do empresariado brasileiro de estar querendo reeditar no Brasil o famigerado Ibad, que agiu nos anos 60 com dinheiro estrangeiro, para eleger deputados de aluguel, que se opusessem aos projetos de reforma do então presidente João Goulart. Agora, a título de defenderem a livre iniciativa e diminuir a participação do Estado na economia estão organizando uma caixinha única para eleger a maioria da Constituinte.

Segundo ele, "são os mesmos empresários que financiavam o DOI-Codi, a Oban e as salas de tortura do Centro-Sul do País. Considero essa conspiração da extrema direita do empresariado uma ação mafiosa, que precisa ser impedida".